

Grande, José Maria



Portalegre, 13 abril 1799 — Lisboa?,
15 dezembro 1857

Palavras-chave: agronomia,
Regeneração, Instituto Agrícola,
Guerras Liberais.

DOI:

<https://doi.org/10.58277/VRQX12>

31

José Maria Grande, liberal convicto e agente mobilizador da resistência ao absolutismo, distinguiu-se ao comando de forças liberais e alcançou um lugar de relevo na política portuguesa das primeiras décadas da monarquia constitucional. Crente no potencial da ciência e da tecnologia como motor de desenvolvimento económico, foi um dos mais importantes defensores da modernização agrícola do país, tendo sido responsável pela criação da lei reguladora do ensino técnico agrícola e pela fundação do Instituto Agrícola, escola de que foi o seu primeiro diretor.

Grande nasceu em Portalegre, em 1799. O seu pai, o médico espanhol Francisco Grande e Metelo, era doutorado em Medicina pela Universidad de Salamanca e exercia em Portalegre. A sua mãe, Antónia Isabel Caldeira de Andrade, provinha de uma família de proprietários rurais e lavradores de algum estatuto social, do concelho do Crato.

Até aos 14 anos, a educação de Grande esteve a cargo do seu pai. Em 1814, frequentou o Colégio das Artes em Coimbra, tendo, no ano seguinte, iniciado o percurso de formação em Medicina na Universidade de Coimbra, no qual se distinguiu com diversos prémios. Em 1824, um ano após a conclusão dos estudos, Grande regressou à sua região natal, onde exerceu em hospitais militares.

O percurso de Grande foi abalado em 1828 pelo golpe absolutista favorável a D. Miguel. Como outros liberais desta época, sofreu perseguições, acabando por se exilar em Espanha. Opondo-se ativamente ao regime absolutista, envolveu-se diretamente nas Guerras Liberais, organizando e comandando ataques na região de Portalegre, entre 1833 e 1834. Os seus feitos militares valeram-lhe algumas condecorações.

Os serviços prestados à causa liberal durante a Guerra Civil conferiram-lhe notoriedade e abriram-lhe portas a uma carreira política, após a derrota das forças absolutistas em 1834. Passou por cargos de administração e alcançou o lugar de governador civil do distrito de Portalegre em 1835. Na sequência da Revolução de Setembro de 1836, foi demitido devido às suas tendências moderadas, voltando a exilar-se em Espanha. No ano seguinte, ainda participou na contrarrevolução conhecida como Revolta dos Marechais, mas o fracasso do golpe obrigou-o a deixar o país.

Este segundo período de exílio foi importante, pois permitiu a Grande viajar por alguns países e complementar a sua formação científica. Em França, assistiu a aulas de matérias médicas, botânica e agricultura. Foi provavelmente nesta altura que se aproximou das doutrinas saint-simonistas, vendo no saber técnico-científico potencial para a modernização e o desenvolvimento das nações. Continuou a sua formação na Bélgica, onde se doutorou em Medicina na Université Catholique de Louvain, em 1838. Passou ainda por Inglaterra.

Em 1839, com o afastamento da ala liberal mais à esquerda que liderara a Revolução de Setembro, Grande regressou a Lisboa e foi eleito deputado, retomando a sua atividade política. Nos anos que se seguiram, contribuiu para a aprovação de medidas em domínios diversos, entre os quais a saúde pública, a modernização agrícola, o desenvolvimento das vias de comunicação, a reforma das prisões ou a reforma do ensino. A ação de Grande em várias frentes atesta o seu empenho em adaptar o país ao novo modelo do liberalismo.

Além de uma atividade política intensa, Grande também se dedicou ao ensino, lecionando a cadeira de Botânica da então recentemente criada Escola Politécnica de Lisboa, instituição para a qual foi nomeado professor em 1840. A Escola encontrava-se em linha com o pensamento de Grande, pois disseminava conhecimentos técnico-científicos que poderiam ser utilizados na modernização do país. Além da regência da cadeira, Grande acumulou a direção do estabelecimento que lhe fora incorporado, o Jardim Botânico da Ajuda, tentando resgatá-lo da situação precária em que se encontrava há anos.

Ainda que fosse um apoiante da Carta Constitucional de 1826 e não tivesse criticado a sua restauração na sequência do golpe conduzido por Costa Cabral em 1842, a promulgação de medidas de cariz mais

autoritário, como a restrição da liberdade de imprensa, levaram a que Grande se posicionasse entre os opositores ao governo em 1846. Após a Revolta da Maria da Fonte, a insatisfação com o rumo que a política nacional tomara fê-lo afastar-se das lides parlamentares, passando a concentrar-se na modernização da agricultura nacional, tarefa que tomou como uma missão pessoal. O seu primeiro grande contributo consistiu na escrita e publicação de uma obra pormenorizada de divulgação de boas práticas agrícolas, o *Guia ou manual do cultivador*. Grande entendia que a reforma da agricultura era essencial ao desenvolvimento do país, dado o seu peso na economia portuguesa. De facto, este era o sector económico de maior relevo, pois empregava cerca de três quartos da população ativa.

No início da década de 1850, dois acontecimentos deram destaque político aos planos de Grande para a modernização agrícola do país. O afastamento definitivo de Costa Cabral do poder, a partir do golpe de estado ocorrido em maio de 1851, e a instauração da nova cultura política da Regeneração levaram Grande a reaproximar-se aos meios políticos. A ascensão de Fontes Pereira de Melo e a sua abertura à criação de escolas técnico-científicas, levou-o a empenhar-se seriamente na elaboração da lei reguladora do ensino técnico agrícola, tendo sido um dos seus principais contribuidores. Para este fim, Grande visitou quintas de escolas técnicas agrícolas e estudou o seu modo de organização e aplicabilidade ao contexto nacional, aproveitando uma viagem a Paris, em 1851, em representação do país à Conferência Sanitária Internacional.

A lei fundadora do ensino técnico agrícola foi publicada no final de 1852, organizando-o em três níveis. Ainda que a implementação tivesse ficado aquém das intenções de Grande, a sua maior concretização consistiu na criação de uma escola técnica de nível superior em Lisboa,

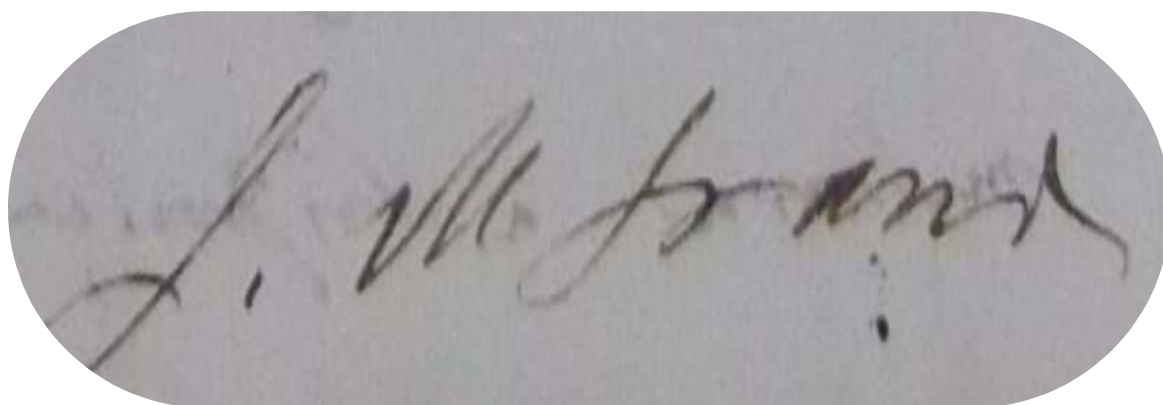
o Instituto Agrícola, de que foi nomeado diretor. Encontrando-se na posição ideal para levar a cabo as reformas que vinha defendendo há anos, Grande organizou-o com relativa rapidez, dotando-o das infraestruturas e meios necessários para se tornar num estabelecimento de qualidade e apto a melhorar a instrução de futuros trabalhadores agrícolas. O antigo palácio da Cruz do Tabuado foi remodelado para servir de sede, e a quinta da Bemposta foi preparada para receber as aulas práticas, onde se testava a aclimatização de espécies vegetais de interesse económico e novas técnicas agrícolas baseadas em estudos científicos. Em 1855, Grande incorporou na instituição a Escola de Veterinária, ampliando as suas valências com um hospital veterinário, uma farmácia anexa e uma oficina siderotécnica para o fornecimento e a reparação de ferragens para aparelhamento de animais e para a construção de instrumentos agrícolas. [Andrade Corvo < https://dicionario.ciuhct.org/cientistas/xvi/corvo-joao-de-andrade/>](https://dicionario.ciuhct.org/cientistas/xvi/corvo-joao-de-andrade/), colega de Grande no Instituto Agrícola e também na Escola Politécnica de Lisboa, chegou mesmo a adquirir instrumentos agrícolas modernos para uso pedagógico no Instituto quando se deslocou à Exposição Universal de Paris, em 1855.

Grande participou ainda na resolução de problemas agrícolas concretos, como o estudo da praga de oídio que dizimara as vinhas portuguesas no início da década de 1850. Por volta de agosto de 1856, encontrava-se a estudar a agricultura e a economia rural da sua região natal, provavelmente no intuito de propor medidas para a sua modernização.

Grande adquiriu uma posição social de relevo, acumulando diversos títulos, como o de conselheiro de Estado (1845), presidente da Secção de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais da Academia

das Ciências de Lisboa (após a reforma de dezembro de 1851) e Par do Reino (1853).

Defensor da Carta Constitucional, Grande foi um cidadão empenhado na transformação do país segundo o modelo do liberalismo moderado. Faleceu em dezembro de 1857, deixando como grande legado o Instituto Agrícola e marcando o início do movimento de modernização técnico-científica da agricultura em Portugal.



[Daniel Gamito-Marques < https://ciuhct.org/membros/daniel-gamito-marques >](https://ciuhct.org/membros/daniel-gamito-marques)

Obras

Grande, José Maria. *Guia e manual do cultivador ou elementos de agricultura*. Lisboa: Tipografia Galhardo Irmãos. 2 vols., 1849.

Grande, José Maria. *Considerações sobre os principais obstáculos que se opõem ao aperfeiçoamento da nossa agricultura e sobre os meios de os remover*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853.

Grande, José Maria. *Considerações sobre a influência maléfica dos pântanos, e sobre os meios de atenuar ou destruir essa influência*. Lisboa: Imprensa de Francisco Xavier de Sousa, 1854.

Grande, José Maria. *Memória sobre a moléstia das vinhas*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1854.

Grande, José Maria. *Relatório sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços rurais instituídos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o ano escolar de 1853–54*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854.

Grande, José Maria. *Relatório dos trabalhos escolares e serviços rurais instituídos no Instituto Agrícola durante o ano escolar de 1855–56*. Lisboa: Tipografia do Jornal do Comércio, 1857.

Bibliografia sobre o biografado

Conde, José Martim dos Santos. *José Maria Grande: figura nacional do Liberalismo*. Lisboa: Colibri, 1998.

Gusmão, Francisco António Rodrigues de. *Memórias biográficas dos médicos e cirurgiões portugueses que, no presente século, se têm feito conhecidos por seus escritos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

“José Maria Grande.” *Revista Contemporânea* 4 (1856): 24–30.

Pereira, Zélia. “GRANDE, José Maria (1799–1857).” In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834–1910. Volume 2*, ed. Maria Filomena Mónica, 366–369. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2005.